



Encontro Internacional sobre Gestão  
Empresarial e Meio Ambiente

ISSN: 2359-1048  
Dezembro 2016

## **AGRICULTURA FAMILIAR E SEUS MEIOS DE PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E INTERAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE**

**EVELYN GOMES BERNARDO**

UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO - UNINOVE  
evelynbernardo21@gmail.com

**HEIDY RODRIGUEZ RAMOS**

UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO - UNINOVE  
heidyr@gmail.com

**ANDREZA PORTELLA RIBEIRO**

andrezp@uni9.pro.br

**AMARILIS LUCIA CASTELI FIGUEIREDO GALLARDO**

UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO - UNINOVE  
amarilislcfgallardo@gmail.com

## **AGRICULTURA FAMILIAR E SEUS MEIOS DE PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E INTERAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE**

**Resumo:** Levando em consideração que a agricultura é uma das atividades fundamentais da humanidade e que dela depende entre outras coisas a alimentação do homem, este artigo o presente estudo teve como objetivo analisar os meios de produção, comercialização e interação com o meio ambiente adotados por cooperativas e associações de agricultores familiares em Ibiúna, SP. O estudo mostra como trabalhadores rurais, provenientes da agricultura familiar se organizam e buscam soluções práticas para melhorar a renda preservando os recursos naturais. Para tanto, o referencial teórico da pesquisa fundamentou-se na contextualização da agricultura familiar e políticas públicas e o entendimento teórico das cooperativas como promotoras do empreendedorismo social. A metodologia da pesquisa é qualitativa de caráter exploratória com estudo de casos múltiplos. Os resultados mostraram cinco modelos de organizações estruturadas em cooperativa e associações que exercem papel fundamental de gestão e organização dos meios de produção e comercialização com ganhos percebidos com a interação e respeito ao meio ambiente. Pode-se observar que não necessariamente um grupo realiza somente uma ação, as práticas vão desde o cuidado com água, reaproveitamento dos resíduos orgânicos e o cuidado com o solo.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar, Empreendedorismo Social, Cooperativismo e Meio Ambiente.

## **ENTREPRENEURSHIP IN THE FAMILY FARM AND ITS PRODUCTION MEDIA, MARKETING AND INTERACTION WITH THE ENVIRONMENT**

**Abstract:** Taking into consideration that agriculture is one of the fundamental activities of mankind and that it depends among other things the power of man, this article the present study aimed to analyze the means of production, marketing and interaction with the environment adopted by cooperatives and family farmers associations in Ibiúna, SP. The study shows how rural workers, from family farms are organized and seek practical solutions to improve the income preserving natural resources. Therefore, the theoretical framework of the research was based on the context of family farming and public policies and theoretical understanding of cooperatives as promoters of social entrepreneurship. The research methodology is qualitative exploratory character with multiple case study. The results showed five models of structured cooperative organizations and associations which play a key role of management and organization of production and marketing facilities with perceived gains from the interaction and respect for the environment. It can be observed that not necessarily a group performs only one action, the practices ranging from the care of water, reuse of organic waste and care for the soil.

**Keywords:** Family Agriculture, Social Entrepreneurship, Sustainable Entrepreneurship and Cooperative.

## **1. INTRODUÇÃO**

A Agricultura familiar se define por ser o cultivo da terra realizado por pequenos proprietários rurais, tendo como mão-de-obra essencialmente o núcleo familiar, em contraste com a agricultura patronal – que utiliza trabalhadores contratados, fixos ou temporários, em propriedades médias ou grandes (Brasil, 2006).

Definida por Almeida (1995) como uma unidade de produção, propriedade e trabalho intimamente ligados à família. O meio rural é encarado, não mais como uma simples sustentação geográfica de um setor (a agricultura), mas como base de um conjunto diversificado de atividades e de mercados potenciais, seus horizontes podem ser ampliados (Abramovay, R. 2000).

Em âmbito local, o agricultor contribui muitas vezes de maneira não pensada mais involuntariamente, realizando ações que venham contribuir para o desenvolvimento sustentável de sua região, seja por meio de uma produção mais limpa respeitando o meio ambiente ou capacitando e contratando mão de obra local, seja para o plantio, manutenção ou beneficiamento dos produtos gerados no campo. As cooperativas, enquanto promotoras do empreendedorismo social contribuem para o desenvolvimento de processos mais sustentável de produção, onde os benefícios coletivos incluem critérios e mecanismos para a sustentabilidade social e ambiental (OCESP, 2015).

Contexto também vivido por grupos de cooperativas de produtores familiares de Ibiúna, São Paulo, município com aproximadamente 71 mil habitantes e com cerca de 43 mil habitantes localizada na área rural. Ibiúna vem se destacando na produção de alimentos agrícolas para abastecimento da região metropolitana do Estado de São Paulo e ao mesmo tempo, possui importantes fragmentos de remanescentes florestais pertencentes ao bioma Mata Atlântica e rica em recursos Hídricos como a Represa de Iturararanga (Valarini, Oliveira, Schilickmann, & Poppi, 2011). Local, considerado cenário de grande beleza e riqueza de recursos naturais, o que gera maiores preocupações quanto aos meios de produções. As plantações agrícolas localizadas em pequenos sítios rurais estão à procura de melhores condições de produção e comercialização dos seus produtos e para isso, buscam apoio das associações e cooperativas para melhorarem suas vendas e a qualidade de seus produtos. Para tanto, este trabalho se propõe responder a seguinte questão de pesquisa: Como é feita a produção, comercialização e a interação com o meio ambiente das cooperativas e associações de agricultores familiares em Ibiúna, SP?

Em função da questão problema apresentada, objetivo analisar os meios de produção, comercialização e interação com o meio ambiente adotados por cooperativas e associações de agricultores familiares em Ibiúna, SP.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A Diretriz teórica da pesquisa fundamentou-se na contextualização da “Agricultura familiar” e na diversidade de estudos que enfocam este conceito no Brasil, destacando o importante papel que a agricultura vem desempenhando no país como forma de política pública, garantindo um olhar mais atento à agricultura. Neste sentido, as cooperativas como agentes do empreendedorismo social buscam não só garantir a reprodução social, mas mostrar as estratégias dos agricultores familiares na produção e comercialização dos seus produtos, respeitando e interagindo com o meio ambiente, transformando as dificuldades e obstáculos em oportunidades.

## **2.1 Agricultura Familiar**

### **2.1.1 Agricultura Familiar e as Políticas Públicas no Brasil**

Considera-se que a agricultura é uma atividade que permite ao homem produzir alimentos e recursos renováveis e contribui, também, para o desenvolvimento do meio rural. Ao longo dos séculos, a produção agrária tem desenhado paisagens de grande beleza e contribuído para a conservação da biodiversidade por meio da utilização das terras de uma forma adequada às condições naturais (agricultura tradicional) e seus saberes tradicionais (de Souza, Gonçalves, & Soares, 2011).

A agricultura, por se utilizar da capacidade produtiva dos recursos naturais, bem como por sua interação com o meio ambiente seja por meio da dispersão de resíduos, tanto físicos como químicos, possui grande potencial em influenciar os agentes naturais e, conseqüentemente, impactar os compartimentos ambientais. Além disso, é um importante agente econômico e social, tanto pela representatividade da produção de alimentos como também por ser o meio de subsistência de grande parte da população que desenvolve esta atividade na forma de produção familiar, os produtores de agricultura familiar.

Segundo a definição de Lamarche (1993, p. 15) entende-se por agricultura familiar, “uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família”. Abramovay (1997) e Wanderley (1998) se aprofundaram no conhecimento da agricultura familiar, destacando que para as nações do capitalismo (Estados Unidos, Canadá, Europa Ocidental, Japão e Tigres Asiáticos) a base social do desenvolvimento agrícola foi a unidade familiar de produção.

A função de geração de emprego, que também é analisada como fator de melhoria social, é ainda mais significativa. Os estabelecimentos familiares são os principais geradores de postos de trabalho no meio rural. Enquanto estabelecimentos patronais precisam de, em média, 67 hectares para gerar um posto de trabalho, os familiares precisam de apenas oito hectares. No Norte isso é ainda mais discrepante, são necessários 166 hectares da agricultura patronal para gerar um emprego, e apenas 14 hectares para a agricultura familiar fazer o mesmo (INCRA/FAO, 2000).

O desenvolvimento das políticas públicas de apoio à agricultura familiar no período recente que compreende as três últimas décadas, novas relações entre Estado e sociedade civil foram estabelecidas. Como protagonista dessas muitas mudanças, destaca-se a agricultura familiar que passou a ser reconhecida pelo Estado brasileiro em meados de 1990 e em 1995 com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que caracterizou o início de uma nova trajetória de políticas públicas no Brasil. A existência das duas coalizões de interesses foi uma das forças relevantes nesse momento, fatores socioeconômicos e políticos possibilitaram a criação de novas políticas. O primeiro efeito foi o acirramento da disputa entre as coalizões nas políticas públicas para o mundo rural. O segundo efeito foi o fortalecimento das organizações de agricultores familiares. As políticas também contribuíram para aumentar a participação dos agricultores familiares no sistema político formal, produziram impactos políticos sobre os beneficiários e sobre os partidos políticos e eleitores, criando legitimidade para esta categoria social (Souza, 2005).

A Agricultura Familiar também exerce um papel fundamental para o desenvolvimento do Brasil devido a sua função na produção de alimentos e ao seu potencial de incremento ao Produto Interno Bruto (PIB). De acordo aos dados do Censo Agropecuário de 2006, foram

identificados 4.367,902 estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros (IBGE, 2006).

Em 2003, foram criadas as Secretarias da Agricultura Familiar modelo de gestão ligado as Secretarias de Agricultura Familiar e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (Decreto nº 1.946, 1996). Em junho de 2006 foi estabelecido os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, a partir da criação da Lei no. 11.326, que considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural como aquele que pratica atividades no meio rural (Brasil, 2006).

## **2.2 Cooperativas como Agentes do Empreendedorismo Social**

O empreendedorismo pode ser entendido como um conjunto de capacidades especiais de um empreendedor, incluindo a tendência para assumir riscos e um desejo de criar riqueza, considerado um dos responsáveis pelo crescimento econômico tendendo a focalizar-se em novas necessidades (Hindle, 2008).

Também podemos caracterizar o empreendedor como aquele que atua com determinação, liderança, ousadia, criatividade, motivação, cooperação, competitividade e atuação em equipe. Dentre outras qualidades, também atua com determinação buscando resultados positivos, sem se importar com o estilo (Junior, C. S. G., Da Paixão, C. R., & De Freitas, A. D. G. , 2012).

Já o empreendedorismo social, concentra-se em atender as necessidades de longa duração de forma eficaz por meio de abordagens inovadoras, com a missão traduzida na criação de valor social. Assim, o objetivo primordial do empreendedorismo social será a criação de valor social através da satisfação das necessidades sociais que não são atendidas nem pelo sector público nem pelo sector privado do mercado. Esta criação de valor social concretiza-se através do resultado da produção de bens e/ou serviços, isto é, através da atividade econômica desenvolvida pela organização (Austin, Stevenson & Wei-Skillern, 2006).

De acordo com Austin (2006), o empreendedorismo social também difere-se por bucar falhas no mercado e na medida em que às encontram, buscam oportunidades empreendedoras formando organizações com fins sociais procurando formas de mercado que atendam suas necessidades. Também defendida por Abu-Saifan (2012) como um indivíduo que utiliza um conjunto de comportamentos empresariais para entregar um valor social aos menos privilegiados, tudo por meio de uma entidade empreendedora que é financiamento independente, autossuficiente ou sustentável.

Dessa forma, enquanto o empreendedorismo tem a sua base na dimensão econômica, o empreendedorismo sustentável evolui esse escopo e envolve também o desenvolvimento sustentável e seus benefícios ambientais e sociais (de Freitas, Klay & Teixeira, 2014).

No entanto, há ainda uma grande incerteza sobre a natureza do papel do empreendedorismo e como este conceito se desdobra conjuntamente com a sustentabilidade. (Parrish, 2010). Na visão de chegar ao empreendedorismo sustentável os empreendedores devem atuar nas três dimensões (social, ambiental e econômica). Formas de organização que sejam capazes de reunir os trabalhadores, captar recursos, abrir acesso ao mercado e capacitar os trabalhadores, garante a essas famílias o desenvolvimento de forma equilibrada (Young & Tilley, 2006).

As cooperativas, como promotoras do empreendedorismo, poderão enfim devolver a autoestima a essas populações dignificando os trabalhadores da “velha” economia, incentivando a sua integração em redes de microempresas e desse modo contribuindo para a valorização econômica dos recursos específicos dos territórios sob pressão (Oliveira, 2010).

Segundo a definição da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (OCESP), as cooperativas como: associações autônomas de pessoas que se unem

voluntariamente para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns a seus integrantes. Constituem-se em empresas de propriedade coletiva, a serem geridas democraticamente (OCESP, 2015).

### **2.2.1 A O Cooperativismo na Agricultura Familiar**

O início da história do cooperativismo agropecuário no Brasil é marcado por uma estrutura autoritária, na qual os interesses dos agricultores familiares não eram considerados. Suas iniciativas eram para produção exportadora, privilegiando a monocultura, agricultores que detinham grandes extensões de terra. A partir da crise econômica mundial no final dos anos 1920, o governo brasileiro redefine suas estratégias de produção incentivando a constituição de cooperativas agropecuárias, sobretudo as cooperativas que conseguissem escoar a produção da pequena propriedade (Costa, Amorim, Gomes, & Silva, 2015).

Na Lei do Cooperativismo (5.764/71), entende-se por cooperativa as iniciativas ligadas ao sistema cooperativo, originárias de setor público ou privado, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse público, ou seja, união de pessoas, cujas necessidades individuais de trabalho, de comercialização ou de prestação de serviços em grupo e respectivos interesses sociais e econômicos.

Para Abramovay (2010), os movimentos sociais influem sobre o desenvolvimento territorial por sua própria existência: eles são forças que atuam no sentido da democratização das oportunidades de geração de renda, e sua extraordinária capacidade de construir organizações econômicas mostrando uma força coletiva empreendedora surpreendente. Para se inserirem nos mercados e resistir às desigualdades geradas pelo mundo contemporâneo, os setores populares veem desenvolvendo diversas iniciativas de geração de trabalho e renda, como cooperativas e associações por meio de empreendedores que buscam formas de ampliar a sua renda (Ferreira, Von Ende, Rossés, Madruga, & Marçal, 2014).

Lauschner (1994) define como modelo cooperativo, um grupo de associados, produtores rurais que em conjunto, por meio de cooperativa compravam e vendiam em conjunto. Modelos de economia solidária com predomínio o fator trabalho sobre o fator capital, capaz de assegurar poder econômico igual para todos, oferecendo um voto por associado, operando apenas ao nível dos custos. Ou seja, eliminar todo e qualquer lucro, assegurando que o excedente gerado (depois de pagos os insumos, o fator capital, trabalho e impostos), seja distribuído segundo as operações dos associados para com a cooperativa.

Estimular a organização dos produtores e trabalhadores rurais por meio de associações ou cooperativas, com o propósito de legitimar a sua participação nas tomadas de decisão, que geralmente são os segmentos mais desfavorecidos e desorganizados ao atendimento das demandas sociais básicas. Desafios enfrentados por meio da construção de políticas de desenvolvimento que consigam articular o projeto local com o projeto global, de modo a preservar a geração de renda e a diminuição das desigualdades sociais, transformando as dificuldades e obstáculos em oportunidades (Campanhola & da Silva, 2000).

No meio rural, é tradicional o desenvolvimento de formas mais embrionárias de cooperação, tais como os mutirões, as trocas de dias de serviço, as roças comunitárias, etc. Essas formas de cooperação remontam aos tempos da colonização e se perpetuam até os dias atuais. Elas têm origem nas práticas tradicionais dos primeiros colonos portugueses e também dos

povos africanos, que conformaram parte significativa do campesinato brasileiro. (Christoffoli, 2000).

Neste contexto, a união de forças por via do associativismo e do cooperativismo na agricultura, surgem como alternativas viáveis para a sustentabilidade das unidades produtivas e das atividades agropecuárias dos agricultores, tendo como aspectos positivos o aumento da renda, a conservação ambiental, a criação de espaços de comercialização e a participação nos programas governamentais de aquisição de produtos (Lima & Vargas, 2015).

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural de 2004 (PNATER), que como sublinham Pires, Lins e Silva (2009), propõe-se a apoiar as iniciativas voltadas para a comercialização dos produtos procedentes da agricultura familiar e sua inserção nos mercados, centrando suas ações numa metodologia participativa. Esse estímulo fica evidenciado em um dos objetivos da PNATER<sup>1</sup>:

“Incentivar a construção e consolidação de formas associativas que, além de criar melhores formas de competitividade, sejam geradoras de laços de solidariedade e fortaleçam a capacidade de intervenção coletiva dos atores sociais como protagonistas dos processos de desenvolvimento rural sustentável” (Brasil, 2004).

### **3. METODOLOGIA DA PESQUISA**

A pesquisa foi estruturada seguindo uma abordagem qualitativa, registrando e descrevendo seus resultados por meio de um estudo exploratório de cunho bibliográfico e de campo, por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas junto às cooperativas e associações de agricultores rurais assim como entidades que apoiam o empreendedorismo social em Ibiúna/SP.

O estudo de caso tem se tornado a estratégia preferida quando os pesquisadores procuram responder às questões “como” e “por que” certos fenômenos ocorrem, quando há pouca possibilidade de controle sobre os eventos estudados. Por outro lado, no estudo de casos múltiplos, o objetivo é descrever mais de um sujeito, organização ou evento, para estabelecer comparações (Godoy, 1995). Yin (2001) destaca que as evidências dos casos múltiplos são reconhecidas como mais fortes do que as evidências de caso único. Também defendendo como uma vantagem a o desenvolvimento de linhas convergentes de investigação, um processo de triangulação mencionado pois a descoberta ou conclusão em um estudo de caso será mais convincente se for baseado em várias fontes distintas de informações.

Por meio de dados secundários, identificou-se a localização dos trabalhadores rurais no território de Ibiúna, São Paulo. As cooperativas e associações escolhidas foram selecionadas a partir de entrevista realizada com o técnico responsável da Casa da Agricultura de Ibiúna. Dentre os principais grupos indicados pelo entrevistado, cinco deles se dispuseram a participar da pesquisa. São eles: 02 (duas) cooperativas e 03 (três) associações, um total de 05 (cinco) organizações participantes. Ao todo, foram realizadas 15 entrevistas, conforme se apresenta no quadro 1.

---

<sup>1</sup> Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) - Decreto No. 5.033 de 2004. Objetivo os serviços públicos: estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar.

**Quadro 1 – Lista dos Entrevistados das Cooperativas e Associações**

| Cooperativas/Associações | Cargo do Entrevistado        | Identificação do entrevistado |
|--------------------------|------------------------------|-------------------------------|
| APPOI                    | Presidente                   | APO1                          |
|                          | Administrativo               | APO2                          |
|                          | Coordenador Geral            | APO3                          |
| APPRI                    | Presidente                   | AR1                           |
|                          | Administrativo               | AR2                           |
|                          | Tesoureiro/Motorista         | AR3                           |
| CAISP                    | Presidente                   | C1                            |
|                          | Gerente de Produção Agrícola | C2                            |
|                          | Comercial                    | C3                            |
| COAGRIS                  | Presidente                   | CG1                           |
|                          | Agrônomo/técnico             | CG2                           |
|                          | Administrativo               | CG3                           |
| APROVE                   | Presidente ADM               | APV1                          |
|                          | Presidente Financeiro        | APV2                          |
|                          | Administrativo               | APV2                          |

Fonte: Elaborado pelos Autores (2015)

#### **4. CONTEXTUALIZAÇÃO DOS CASOS**

Os casos das cooperativas e associações pesquisadas estão localizados na cidade de Ibiúna, região escolhida por ter 85% do território coberto por matas e mananciais, a 70 quilômetros da Cidade de São Paulo possui alguns fatores que influenciaram a produção de hortaliças na região. O primeiro, o deslocamento do cinturão verde na década de 1980, associado ao crescimento urbano da cidade de São Paulo. Que viabiliza a produção de hortaliças, por sua menor durabilidade, produto mais cultivado em Ibiúna. Desta forma a produção de folhosas no município é realizada para o abastecimento regional, pois está próximo ao mercado consumidor, cerca de 70 km de São Paulo (Couto, 2007).

O segundo fator importante para a escolha de Ibiúna, é que está inserida na bacia hidrográfica da represa de Itupararanga e pertence a Serra de Paranapiacaba, tendo na agricultura a base econômica. Observados por Bellon e Abreu (2005) como: pequenas propriedades, o clima é favorável para a produção de horticultura, possui recursos hídricos disponíveis para a irrigação, além do importante papel da população rural (cerca de 43 mil habitantes de um total de 71 mil).

##### **4.1 Associação dos Pequenos Produtores Orgânicos de Ibiúna (APPOI)**

A Associação dos Pequenos Produtores Orgânicos de Ibiúna (APPOI), fundada em 2000, com 20 famílias de pequenos horticultores orgânicos, nasceu com a missão de congregar e fortalecer o produto orgânico e possibilitando ao consumir produtos de qualidade e livres de contaminantes químicos (APPOI, 2015).

A Associação é presidida por um produtor que desempenhou papel importante no desenvolvimento agrícola da região. Anteriormente tesoureiro da Fundação Campo-Cidade e envolvido diretamente na instituição de certificação de Agricultura Orgânica. O presidente da associação conserva também relação com as comunidades católicas da periferia de São Paulo. Outros circuitos de comercialização correspondem também a venda direta a supermercados da região com entregas diretas a particulares.



Os princípios de funcionamento são a participação, o intercâmbio de experiências e de informações sobre os problemas diários, a flexibilidade, a adaptação e a definição de preços justos, para o produtor e o consumidor (Altieri & Nicholls, 2002).

Os produtores da APPOI estão certificados para produzirem orgânicos por meio da Empresa de Controle e Certificação Internacional (ECOCERT) que atua certificando as cooperativas e associações na região.

Conforme o presidente da Associação AO1, nesse local, três empregados preparam entregas comerciais, emitem faturas para os produtores e efetuam pagamentos. Cada produtor produz as culturas pertinentes que melhor se identifica e os produtos são lavados, embalados, acondicionados em caixas e enviados a Associação formando assim, um *mix* de produtos. A associação, de forma comercial visa beneficiar o agricultor, fazendo as vendas em conjunto para redes de supermercados, também deixando livre para a comercialização individual de cada cooperado.

#### **4.2 Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Ibiúna (APPRI)**

A Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Ibiúna (APPRI) nasceu no bairro do Verava e teve como origem o movimento popular denominado “Projeto Campo Cidade/Vida” (PPC/V), iniciado em 1989. Esse movimento surgiu nos encontros religiosos, que contavam tanto com a participação da população rural como da urbana, e só ganhou força depois da criação da APPRI, em 1990 (Borges, M., 2000).

Foi a partir da discussão sobre como “frear” um quadro social preocupante, como o êxodo da juventude rural, venda dos estabelecimentos e desvalorização do produto agrícola, que criada uma forma alternativa de comercialização dos produtos agrícolas convencionais, mediante a entrega de “kits” aos consumidores urbanos, eliminando praticamente os intermediários e valorizando o produto agrícola. Os “kits” são preparados nos estabelecimentos agrícolas e levados por caminhão para serem comercializados na sede da APPRI, que recebe 10% do valor das vendas (Borges, M., 2000).

Conforme o entrevistado, AR2, “mesmo com o passar dos anos a APPRI continua com os mesmos princípios”. No início, a associação possuía cerca de 50 horticultores, hoje mesmo diminuindo esse número, 25 famílias de horticultores, fornecem um pouco mais de 2.000 (dois mil) kits por mês, mais de 800 famílias organizadas em grupos de compras. Conforme os entrevistados AR1 e AR2, os produtores da APPRI, ainda não produzem orgânicos estão passando por treinamentos e se adequando aos novos processos de produção.

#### **4.3 Cooperativa Agropecuária de Ibiúna São Paulo (CAISP)**

Fundada em 1995, por um grupo de japoneses, a Cooperativa Agropecuária de Ibiúna São Paulo (CAISP) comercializa a produção da horticultura convencional, orgânica, higienizada e hidropônica. Atende uma ampla rede de supermercados: Extra, Barateiro, Pão de Açúcar, Sonda, Big, Roldão, Rikoy, Macro, Pastorinho, Assai, além de pequenas e médias lojas de hortifrutigranjeiros da capital. É a maior fornecedora da região para redes de supermercado da grande São Paulo, interior e baixada santista (Jornal da Economia, 2014).

Na sede da cooperativa localizada no centro de Ibiúna, o quadro de cooperados corresponde a 35 produtores cooperados e mais de 50 produtores parceiros, que são responsáveis pelo abastecimento da capital, interior e litoral. Dos 35 associados, 20 são cooperados convencionais, 15 orgânicos, ambos produzindo hidropônicos. A CAISP também possui mais de 50 agricultores não associados que colaboram com produtos convencionais,

orgânicos e hidropônicos, devido ao fato de que somente os cooperados não conseguem absorver a demanda do mercado.

Conforme o entrevistado C2, agrônomo responsável pela cooperativa, a mesma procura abastecer o mercado em todo o período do ano, uma vez que faz programações de cotas que devem ser cumpridas pelos agricultores mensalmente. A questão das cotas é um instrumento de controle que garante a entrega pontual das mercadorias. Hoje a cooperativa possui mais de 200 itens na linha de produção, o produto chega a cooperativa é desmontado e é realizado o processo de: limpeza, embalagem e etiquetagem.

A CAISP cultiva uma área superior a 600 hectares, produzindo hortaliças convencionais e orgânicas, legumes, frutas, entre outros, com um volume mensal superior a 800 toneladas que abastecem mais de 100 lojas espalhadas pelo litoral, interior e capital. Os produtos que mais ganham destaque na cooperativa são: a alface, o cheiro verde, a escarola, a rúcula, o repolho e a couve-flor.

Não existem vínculos com a Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP), uma vez que a CAISP acredita que não há vantagens de comercialização, pois os preços pagos são muito inferiores aos dos supermercados.

A procura por produtos que apresentam diferenciais que agregam valor, como é o caso dos hidropônicos (com maior durabilidade e mais fáceis de limpar) e dos orgânicos (ausência de agrotóxicos), os agricultores acabam por selecionar a classe socioeconômica que irá consumir os produtos, uma vez que esses apresentam preços mais elevados que os convencionais. Dessa forma, a cooperativa acaba por direcionar o destino da produção. Uma vez que o mercado tem preferências, a cooperativa acaba restringindo a atuação dos cooperados convencionais e dá prioridade àqueles agricultores que apresentam maior agregação de valor nos produtos e que por isso trazem maior taxa de lucros à cooperativa.

#### **4.4 Cooperativa dos Agricultores Orgânicos e Solidários de Ibiúna (COAGRIS)**

A Cooperativa dos Agricultores Orgânicos e Solidários de Ibiúna (COAGRIS) é formada por mais de 20 famílias que trabalham na produção orgânica há mais de 10 anos. A maioria dos cooperados trabalha e vive no Bairro do Verava em Ibiúna, um importante Polo de Agricultura Orgânica do Estado de São Paulo. A região também é de extrema importância ambiental, pois está localizada nas nascentes do Rio Sorocabuçu, um dos principais formadores da Represa de Itupararanga, que abastece toda região sorocabana. Por conta disso foi criada a APA (Área de Proteção Ambiental) de Itupararanga e o Bairro do Verava encontra-se dentro da Zona de Conservação da Biodiversidade, principalmente por possuir inúmeros fragmentos conservados de Mata Atlântica. A região também faz parte da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo (UNESCO). Conforme descrito no Capítulo 4 desta pesquisa (COAGRIS, 2015).

A história da COAGRIS nasce com o presidente Fritz Berg, empresário que virou agricultor. Nascido em Solingen, cidade próxima a Dusseldorf (Alemanha), o empresário presidente da metalúrgica Corneta. Fritz, por 21 anos, administrou as fabricas de Cotia, Osasco e Manaus. Em 2005, por conta de um longo tratamento de saúde, deu uma pausa, delegando ao filho o comando dos negócios. Quando, por um acaso, começou a plantar convencionalmente em seu sítio de 16 alqueires em Caucaia do Alto. Um dia, o caseiro lhe perguntou se podia plantar tomates. Para não "estragar" a paisagem, pediu que plantasse bem nos fundos da propriedade, atrás de uma barroca. Quando viu o resultado, ficou surpreso e tomou gosto pela coisa.

Atualmente, cooperativa (COAGRIS), produz alimentos certificados e inspecionados, garantindo produtos saudáveis, isentos de agrotóxicos e irrigados com água de boa qualidade.

A Produção da cooperativa é intensa, grandes volumes, com padrões de tamanho e qualidade visual para atender as demandas, especializando-se em olerícolas. A quantidade de produtos varia de acordo com o tamanho das áreas e as condições de investimento de cada agricultor, entre 02 e 20 produtos: diferentes tipos de alface; brócolis comum e japonês; cenoura; catalônia; almeirão; couve-flor; couve-manteiga; repolho verde e roxo; espinafre; cebolinha; salsa; inhame; berinjela; agrião seco e d'água; chuchu; coentro; beterraba; abóbora japonesa, brasileira e italiana; hortelã.

A comercialização da cooperativa hoje é realizada por meio do mercado alternativo de comercialização, venda direta de cestas para consumidores e alguns destes, também participam efetivamente de feiras de produtores em São Paulo. Como por exemplo, a feira da Granja Vianna.

#### **4.5 Associação Dos Produtores Orgânicos do Bairro do Verava (APROVE)**

A Associação Dos Produtores Orgânicos do Bairro do Verava (APROVE) formada por nove produtores e suas famílias. O produtor, João Dias de Oliveira, um dos presidentes da Cooperativa, foi um dos pioneiros em levar as práticas ambientais e o cultivo da agricultura orgânica para o bairro Verava em Ibiúna. Dentre os cooperados, a idade varia entre 23 a 57 anos. Do total de produtores, quatro são proprietários das terras cultivadas, os outros cinco são meeiros, sendo que os proprietários são parentes próximos (como pai, mãe ou sogra), um total de nove associados.

A Aprove nasceu com o objetivo de buscar independência, principalmente na resolução de problemas técnicos de produção. A associação, então construiu uma proposta de trabalhar com um grupo de produtores usando metodologia de levantamento de problemas e proposta de soluções em cima das necessidades dos grupos. Os principais problemas apontados na época, eram referentes à comercialização, à compostagem e à qualidade da água. O processo de resolução de problemas foi construído com o envolvimento de todos do grupo. Esse trabalho iniciou, seguindo as regras de certificação.

A Agricultura Orgânica Certificada (AAOcert) escolheu o grupo dentre os produtores da região para iniciar o processo de certificação. Os membros da associação demonstram compreender a agricultura orgânica como uma agricultura sem agrotóxicos, com solo vivo, que melhora a saúde e a qualidade de vida dos produtores e consumidores. Segundo o entrevistado APV1 e APV2, definem a agricultura orgânica como “agricultura ecológico-social correta, que cuida do meio ambiente com produção mais organizada”.

Os produtos são comercializados, atualmente, por meio de uma cooperativa e de empresas comercializadoras da região. No momento o grupo está negociando novos canais de comercialização. As preocupações mais frequentes dos produtores em relação aos consumidores verificadas nas entrevistas foram: a qualidade e a aparência do produto, higiene, rastreabilidade do produto e a política desleal de preço praticada pelo mercado.

## **5 ANÁLISE DOS RESULTADOS**

A análise dos resultados dos casos será apresentada por meio de uma análise comparativa dos dados qualitativos obtidos nas entrevistas aos grupos de empreendedores sociais descritos anteriormente.

No questionário, foram levantados os dados referentes aos perfis de cada grupo, seus meios de produção, comercialização e interação com o meio ambiente. Ao analisar os meios de

produção, pode-se observar a liberdade dos agricultores para produzir e comercializar em conjunto ou separadamente, conforme se apresenta no quadro 2.

Conforme informações do Sindicato Rural, Ibiúna está se consolidando como o maior produtor de agricultura orgânica do Estado de São Paulo. Buscando a certificação dos produtores, as propriedades que já possuem certificações acabam se beneficiando na comercialização e conseqüentemente no aumento da renda por meio dos mercados varejistas da cidade de São Paulo, as redes de supermercados Pão de Açúcar, Carrefour, Wal-Mart, Big, Pastorinho, por ordem decrescente de importância, são as que mais buscam produtos da agricultura de base ecológica fortalecendo a comercialização na região.

Os produtores da agricultura familiar estão cada vez mais pressionados a orientar suas atividades reduzindo os custos, seja com o do cultivo tradicional ou do cultivo do orgânico. As formas de organização e a preocupação com a proteção dos recursos naturais na agricultura familiar também aparecem nos meios de produção dos cooperados e associados seja pelas próprias necessidades de cultivo na melhora do uso do solo ou pelos consumidores que estão cada vez mais exigentes, também observados pelos autos Bellon & Abreu, (2005).

O produtor em alguns casos assume tarefas de gestão e operacionais do negócio. Houve um consenso por parte dos entrevistados, no que se refere a ter uma boa gestão e planejamento uma vez que pode ser considerada como um ganho para o negócio, pois podem aumentar o lucro, gerar boa publicidade para seus negócios, ajudar a conquistar novos clientes, reduzir os desperdícios com insumos e auxiliar na redução de custos, da propriedade/produção.

**Quadro 2 – Meios de Produção das Cooperativas e Associações**

| GRUPOS         | MEIOS DE PRODUÇÃO   |  |
|----------------|---|--|
|                | Produção  | Forma de produção  |
| <b>APPOI</b>   | Produção de verduras e hortaliças orgânicas.                | Cada produtor produz as culturas que melhor se identifica, é mais um <i>mix</i> de produtos.   |
| <b>APPRI</b>   | Produção convencional de verduras e hortaliças.             | Cada produtor produz as culturas que melhor se identifica, é mais um <i>mix</i> de produtos. Fábio (administrativo) liga toda segunda e cada produtor conferindo o que cada produtor pode oferece. |
| <b>CAISP</b>   | Produção de verduras e hortaliças, orgânica e convencional. | A Cooperativa tem um planejamento "trimestral" do que cada cooperado precisa produzir por semana. Cada cooperado tem uma cota (10,20,30%) do valor do pedido (feito pelo mercado).                 |
| <b>COAGRIS</b> | Produção de verduras e hortaliças, orgânica.                | O pedido chega e é distribuído conforme produção. Reunião acontecem somente quando há necessidade.   |
| <b>APROVE</b>  | Produção de verduras e hortaliças, orgânica.                | Cada produtor produz a cultura que melhor se identifica. As vendas são feitas em conjunto e reuniões sempre quando há necessidade.   |

Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Quanto aos meios de produção como pode ser observado também no quadro 3 e relato do entrevistado AR1, “cada produtor produz as culturas que melhor se identifica, é mais um mix de produtos”. Respeitando a época de plantio de cada cultura.

### Quadro 3 – Meios de Comercialização das Cooperativas e Associações pesquisadas

| MEIOS DE COMERCIALIZAÇÃO |   |  |
|--------------------------|---|--|
| Grupos                   | Comercialização   | Cliente  |
| <b>APPOI</b>             | Em conjunto ou livre para comercializar individualmente                                   | Mercados, Feirantes e Cestas com Produtos Orgânicas  |
| <b>APPRI</b>             | Em conjunto ou livre para comercializar individualmente                                   | Mercados, Feirantes, creches e cliente final através de Kits para pontos de vendas em Osasco e Barueri |
| <b>CAISP</b>             | A comercialização é feita em conjunto (os cooperados não vendem somente para cooperativa) | Venda para rede de supermercados de SP   |
| <b>COAGRIS</b>           | A comercialização é feita em conjunto (os cooperados não vendem somente para cooperativa) | Cliente direto através de cestas orgânicas e mercado convencional                                      |
| <b>APROVE</b>            | A comercialização é feita em conjunto (os cooperados não vendem somente para cooperativa) | Feiras e supermercados da região   |

Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Outro ponto importante que pode ser observado nos grupos pesquisados, são as formas de comercialização que tanto podem ser feitas em conjunto ou em separado, como mostra o quadro 3.

Ao verificar a estrutura de comercialização das hortaliças, pode-se observar que algumas empresas distribuidoras exercem grande poder de influência sobre o planejamento das unidades de produção da agricultura de base ecológica de Ibiúna. Estabelecem canais de comercialização por meio da organização de suas cooperativas e associações com as grandes redes de supermercados. Trata-se de mais uma das características da agricultura familiar certificada do cinturão verde de São Paulo. Essas características podem ser visualizadas nas relações sociais das entidades de classe ou associações e cooperativas também identificadas por Bellon & Abreu (2005).

Pode-se observar vendas em conjunto e em separado, os entrevistados relatam que em separado o lucro é menor do que em conjunto para as grandes redes de supermercados ou feiras e cestas onde os produtos podem ser mais distribuídos e diversificados. Neste sentido, as constituições de cooperativas agrícolas contribuem para canais alternativos de comercialização, onde pequenos produtores unem esforços na tentativa de canais de vendas, gerando oportunidade para que os agricultores familiares e seus empreendimentos coletivos consigam diversificar e escoar a produção, mostrando uma alternativa real de geração de renda, como também observados pelos autores (Costa, Amorim, Gomes & Silva, 2015).

Quanto a interação com o meio ambiente, o que foi avaliado são os cuidados realizados desde o plantio a colheita, seja no bom uso da água, no reaproveitamento do resíduo orgânico, na adubação verde, conservação do solo e na coleta seletiva.

A agricultura sustentável defendida por Assad & Almeida (2004), a conscientizar para a importância dos princípios ecológicos, realizando práticas voltadas para a conservação ambiental como por exemplo: a reciclagem, o uso da compostagem, da adubação verde, o manejo ecológico dos solos, reuso de água, a não utilização de agrotóxicos e a utilização do resíduo orgânico. Práticas e ações que quando adotadas podem não só proteger o meio ambiente, mas a saúde do trabalhador rural. Conforme apresentado no quadro 4.

#### Quadro 4 – Interação das Cooperativas e Associações com o Meio Ambiente

| INTERAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE |   |  |
|-------------------------------|---|--|
| GRUPOS                        | Prática ambiental mais realizada  | Principais problemas ambientais da região.   |
| APPOI                         | Não necessariamente uma única pratica ambiental, mas todas se integram na cultura dos orgânicos.  | Desmatamento, lixo deixado pelos turistas que visitam a cidade nos finais de semana, caça irregular e ocupação irregular das áreas |
| APPRI                         | A cultura é convencional, as duas práticas ambientais mais utilizadas são o "cuidado com o uso da água" e o "reaproveitamento dos resíduos orgânicos" que voltam para a terra como adubo.                                 | Lixo deixa-do pelos turistas que visitam a cidade nos fins de semana   |
| CAISP                         | Não necessariamente uma única pratica ambiental, destacando a adubação verde e conservação do solo. A cooperativa incentiva os produtores a utilizarem técnicas de conservação do solo, permanecendo na sustentabilidade. | Conservação do solo (irrigação) Manejo de água e economia de água  |
| COAGRIS                       | Compostagem, reaproveitamento de resíduo orgânico.  | Lixo deixado pelos turistas que visitam a cidade nos fins de semana  |
| APROVE                        | Não uma única prática, todos se integram e são importantes.   | Desmatamento e lixo e poluição das águas   |

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Quanto a interação com o meio ambiente, pode-se observar que não necessariamente um grupo pratica somente uma ação, vão desde o cuidado com água, reaproveitamento dos resíduos orgânicos, cuidado com o solo, entre outros. O que se percebe dos entrevistados é que as práticas fazem parte do cotidiano e que todas se integram e são importantes. Conforme o entrevistado C2.

“Não necessariamente uma única pratica ambiental, mas a que mais se destaca é a adubação verde e conservação do solo”. A cooperativa incentiva os produtores a utilizarem técnicas de conservação do solo, permanecendo na sustentabilidade, continuando na profissão, tendo motivação para crescer e se desenvolver”.

A conservação do meio ambiente aparece como uma necessidade em qualquer meio produtivo. Atualmente, com a preocupação ambiental e a conservação dos recursos naturais, todas as organizações precisam desenvolver medidas que atendendo a legislação vigente, amenizem ou eliminem os efeitos gerados ou estimulados por seu processo produtivo ao meio ambiente e à sociedade. Essas medidas, possibilitam a continuidade de suas atividades e a melhoria de sua imagem mercadológica como empreendimento sustentável (Kessler, Piccinin, Rossato, Dörr, de Freitas & Marin 2014).

Para Assad & Almeida (2004), a agricultura sustentável pode ser compreendida pelo pequeno agricultor, mesmo enfrentando dificuldades e situadas em regiões onde faltam recursos, sejam eles físicos ou financeiros. Em se tratando de uma agricultura convencional de maneira específica e de sua "ecologização ou seja, conscientizar para a importância dos princípios ecológicos”, certos fatos se manifestam de forma visível por meio de ações voltadas para a conservação ambiental, como por exemplo: o uso da compostagem, da adubação verde, do manejo ecológico dos solos, do recurso à luta biológica integrada contra pragas e doenças, que implica no abandono de produtos e práticas consideradas nocivas para as pessoas e para o ambiente.

Os produtores da agricultura familiar estão cada vez mais pressionados a orientar suas atividades a fim de proteger o meio ambiente, seja com o do cultivo tradicional ou do cultivo do orgânico. As formas de organização e a preocupação com a proteção dos recursos naturais

na agricultura familiar vêm sendo pressionada seja pelas próprias necessidades de cultivo na melhora do uso do solo ou pelos consumidores que estão cada vez mais exigentes (Bellon & Abreu, 2005).

Os problemas ambientais da região, também são identificados pelos grupos entrevistados. Ibiúna além de polo agrícola é um município que leva o título de “Estância Turística”, por suas belas paisagens e abundância de água. O que favorece o turismo na região e uma grande quantidade de casas de veraneio (segunda casa ou casa de campo).

Conforme os entrevistados dos grupos APO1, AR1, CG1 e APV1 o maior problema na região, é a geração de lixo proveniente dos turistas, grandes quantidades que muitas vezes são deixados em locais não apropriados. Pode observar que os grupos veem buscando diferentes formas de se beneficiar do meio ambiente preservando os seus recursos.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo deste artigo foi analisar os meios de produção, comercialização e interação com o meio ambiente adotados pelas cooperativas de agricultores dentro do contexto da Agricultura Familiar e do empreendedorismo social.

A perspectiva adotada neste trabalho, a propósito do conceito de empreendedorismo social, é uma perspectiva organizacional, ou seja, centra-se no perfil da organização empreendedora, cinco grupos de cooperativas de agricultores provenientes da agricultura familiar.

O modelo de governança que se pode observar quanto aos meios de produção das cooperativas, é um modelo onde se leva em consideração o que cada família produz e as culturas que melhor se identifica, respeitando a época de plantio de cada cultura. Neste sentido, o que se percebe do homem no campo é a existência de um saber tradicional, práticas que se manifestam em seu trabalho na terra, pautado por uma relação mais harmoniosa com a Natureza, mas que também incorpora outros saberes, inclusive, elementos de uma ideologia moderna de produção (de Souza, Gonçalves, & Soares, 2011).

Outra característica de gestão e respeito ao grupo são as formas de comercialização que tanto podem ser feitas em conjunto ou em separado, em separado, realizada por cada empreendedor por meio de feiras e entregas de kits ou em conjunto, por meio da cooperativa estabelecendo canais de comercialização por intermédio de contratos com as grandes redes de supermercados.

As cooperativas enquanto promotoras do empreendedorismo social, promove a geração de grupos de produção coletiva em unidades autogestionadas que reúnam maioria ou totalmente trabalhadores rurais sobre os meios de produção onde o trabalho dos associados é organizado mediante planejamento e normas coletivas em que os resultados da produção são distribuídos com base na participação do trabalho de cada associado de forma justa e em benefício de um grupo maior de famílias.

Quanto a interação com o meio, pode-se observar que não necessariamente um grupo pratica somente uma ação, as práticas vão desde o cuidado com água, reaproveitamento dos resíduos orgânicos e o cuidado com o solo. O que se percebe dos entrevistados é que o cuidado com o meio ambiente faz parte do cotidiano e que todas as práticas ambientais que visam a proteção do meio se integram e são importantes.

Para uma organização ser considerada como “empreendedora social”, é necessário que suas atividades tenham características que traduzam a criação de valor social, ou seja contribua para a geração de renda e respeite o meio ambiente onde o projeto está inserido, “empreendedorismo sustentável”.

No empreendedorismo sustentável os empreendedores devem atuar nas três dimensões (social, ambiental e econômica), como observado pelos autores Young & Tilley (2006) de

forma que a atuação nos três pilares garanta a essas famílias o desenvolvimento de forma equilibrada. Por meio das três dimensões, as cooperativas e associações de Ibiúna/SP, são capazes de reunir os trabalhadores, captar recursos, abrir acesso ao mercado e capacitar os trabalhadores de forma a respeitar o meio ambiente agregando valor ao produto de forma a buscar novos mercados que também buscam produtos que respeitem o meio ambiente. Como por exemplo os produtos orgânicos produzidos por quatro dos cinco grupos pesquisados.

Portanto podemos identificar características importantes nos empreendedores sociais que atuam de forma a intervir em problemas sociais, seja por meio da proteção dos recursos naturais ou pela mobilização das famílias de agricultores familiares no trabalho em conjunto em busca formas e meio de produção e comercialização que venha a beneficiar um número cada vez maior de pessoas.

Como sugestão para trabalhos futuros, analisar outras formas de empreendedorismo social, como produtores que beneficiam seus produtos para um maior aumento da renda e produtores que não necessariamente estão organizados em cooperativas mais que buscam outros meios de comercialização, como a venda de kits diretamente ao consumidor final.

## REFERÊNCIAS

- Abramovay, R. (1997). De volta para o futuro: mudanças recentes na agricultura familiar. *Seminário Nacional do Programa de Pesquisa em Agricultura Familiar da EMBRAPA*, 1, 17-27.
- Abramovay, R. M. (2010). *Representatividade e inovação na governança dos processos participativos: o caso das organizações Brasileiras de agricultores familiares*. Porto Alegre: Sociologias, 12(24), 268-306.
- Abramovay, R. (2000). O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia aplicada*, 4(2), 379-397.
- Abu-Saifan, S. (2012). *Social Entrepreneurship: Definition and Boundaries*. *Technology Innovation Management Review*, 22-27.
- Altieri, M. A., & Nicholls, C. I. (2002). The simplification of traditional vineyard based agroforests in northwestern Portugal: some ecological implications. *Agroforestry Systems*, 56(3), 185-191.
- Almeida, J. (1995). Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. APOI (2015). *Associação de Pequenos Produtores Orgânicos de Ibiúna, SP*. Fonte: <http://www.appoi.com.br/index.htm>
- Assad, M. L. L., & Almeida, J. (2004). Agricultura e sustentabilidade. Contexto, Desafios e Cenários. *Ciência & Ambiente*, p.15-30.
- Austin, J., Stevenson, H., & Wei-Skillern, J. (2006). Social and commercial entrepreneurship: same, different, or both? *Entrepreneurship theory and practice*, 30(1), 1-22.
- Borges, M. (2000). *A percepção do agricultor familiar sobre o solo e a agroecologia*. Campinas, SP: Dissertação de Mestrado, Faculdade de Engenharia Agrícola - UNICAMP.
- Brasil, L. (2006). 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006. Dispõe sobre as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: < [http://www. planalto. gov. br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Le](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Le).
- \_\_\_\_\_. Lei nº 5.764, de 16 de dez. de 1971. Diário Oficial (da República Federativa do Brasil), Brasília, DF, 16 de dez. 1971.
- Bellon, S., & Abreu, L. S. D. (2005). Formas sociais de desenvolvimento da horticultura orgânica familiar em áreas de cinturão verde de território de Ibiúna, estado de São Paulo. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 22(2), 381-398.
- CAISP (2015). *Home*. Fonte: Histórico : <http://www.caisp.com.br/>



- COAGRIS (2015). *Home*. Fonte: Cooperativa dos Agricultores Orgânicos e Solidários de Ibiúna: <http://coagris.blogspot.com.br/2010/09/cooperativa-de-produtores-organicos-e.html>
- Campanhola, C., & da Silva, J. G. (2000). Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 17(1), 11-40.
- Christoffoli, P. I. (2000). O desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo. *Limites e possibilidades*.
- Costa, A. A. (2010). Agricultura sustentável I: Conceitos. *Revista de Ciências Agrárias*, 33(2), 61-74.
- Couto, E. (2008). As normas e o mercado da horticultura: inserção dos agricultores de Ibiúna (SP) nos circuitos socioespaciais. *Campo Território: revista de geografia agrária*, 3(5).
- Decreto Lei nº 1.946. (28 de Junho de 1996). Decreto Lei nº 1.946/96 de 28 de junho. Familiar, Pronaf - Programa Nacional da Agricultura. PRONAF - Brasília, DF.
- Defourny, J., & Nyssens, M. (2012). *El enfoque EMES de empresa social desde una perspectiva comparada*. CIRIEC-Espana, (75), 7.
- de Souza, J. C. M., Gonçalves, L., & Soares, A. M. D. (2011). A Educação Ambiental na Recuperação e Conservação de Recursos Naturais: a percepção de assentados rurais no cerrado goiano. *Campo-Território: revista de geografia agrária*, 6(11).
- Ferreira, G. M. V., Von Ende, M., Rossés, G. F., Madruga, L., & Marçal, D. R. . (2014). Redes Sociais e Economia Solidária: Uma análise das redes de relacionamento de pequenos produtores rurais participantes do projeto Esperança/COOESPERANÇA. *Revista Em Agronegócio e Meio Ambiente*, 7(1), 151-171.
- Godoy, A. S. (1995). Introdução à Pesquisa Qualitativa e Suas Possibilidades. *Rae, São Paulo*, v. 35, n. 2, p. 63.
- Hindle, Tim . (2008). Guide to Management Ideas and Gurus. *The Economist*.
- INCRA/FAO (2000). Perfil da Agricultura Familiar no Brasil: dossiê estatístico. Brasília, 1996. *Novo Retrato da Agricultura: o Brasil redescoberto*. Brasília: MDA.
- IBGE. (2006). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo agropecuário 2006 - Agricultura Familiar*. Rio de Janeiro, Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação: resultados preliminares. IBGE.
- Jornal da Economia (18 de 01 de 2014). *Cooperativa agropecuária de Ibiúna abastece o mercado de São Paulo e baixada Santista*. Fonte: JE
- Junior, C. S. G., Da Paixão, C. R., & De Freitas, A. D. G. (2012). Empreendedorismo no nível do indivíduo: Uma meta-análise dos estudos realizados na última década. *SIMPOI*.
- Kessler, N. S., Piccinin, Y., Rossato, M. V., Dörr, A. C., de Freitas, L. A. R., & Marin, A. (2014). Práticas sustentáveis nas pequenas propriedades de agricultura familiar: um estudo de caso. *Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental*.
- Lauschner, R. (1994). Cooperativismo e Agricultura Familiar. *Outubro*.
- Lamarche, H. (1993). A agricultura familiar: uma realidade multiforme. *Campinas: UNICAMP*, p. 335.
- OCESP. (30 de 10 de 2015). *Institucional*. Fonte: OCESP
- Parrish, B. (2010). Sustainability-driven entrepreneurship: Principles of organization design . *Journal of Business Venturing. Jornal de Negócios Aventurando* , 25 (5), 510-523.
- Souza, M. J. (2005). O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro*, p. 77-116.
- Valarini, P., Oliveira, F. R., Schilickmann, S. F., & Poppi, R. J. (2011). Qualidade do solo em sistemas de produção de hortaliças orgânico e convencional. *Horticultura Brasileira*, 29(4), 485-491.
- Yin, R. K. (2001). *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. Bookman editora